

PONTO DE VISTA

- 863 Licenciamento ambiental e a nova lei geral
Luciana Lanna
Erika Breyer

DOCTRINA

- 865 Questões de direito público na Lei da Inovação
Carlos Ari Sunfeld
Jacintho Arruda Câmara
Vera Monteiro
- 877 O Código de Defesa dos Usuários e seus impactos – Perguntas e respostas
Bernardo Strobel Guimarães
Mayara Segalla Savoia Assef
- 885 Contratação de mão de obra temporária para as atividades-fim de empresas estatais federais segundo o entendimento do Tribunal de Contas da União
Thales Alessandro Dias Pereira

ORIENTAÇÃO PRÁTICA

- 896 Ausência de sigilo das cotações que instruíram a pesquisa de preços de pregão eletrônico
- 902 Fornecimento de combustível – Critério de julgamento de maior desconto sobre a tabela da ANP
- 907 Contratação direta emergencial – Marco inicial para o cômputo do prazo de 180 dias
- 911 Base de cálculo dos reajustes contratuais subsequentes ao primeiro reajustamento

PERGUNTAS E RESPOSTAS

- 917 1. Quem deve observar a nova IN nº 05/17 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão?
- 919 2. Quem irá atuar na gestão e fiscalização dos contratos de acordo com a IN nº 05/17?
- 921 3. Ao regulamentar o registro de preços previsto na Lei nº 13.303/16, pode a estatal vedar a participação ou carona pelos integrantes da Administração direta?

- 923 4. Nas licitações pelas modalidades da Lei nº 8.666/93, qual o termo inicial para contagem do prazo de validade das propostas: a data de entrega dos envelopes ou da abertura das propostas? Qual deve ser o procedimento se a licitante fizer constar em sua proposta prazo de validade inferior ao previsto no edital?

- 926 5. De acordo com o TCU, as entidades do Sistema S podem participar como licitantes em licitações públicas?

- 927 6. Diante da recusa da vencedora do pregão em assinar a ata de registro de preços, convoca-se a próxima colocada do pregão pelo seu preço ou desde que aceite o preço da primeira colocada?

- 929 7. Em que medida pode ser exigida a autenticação de documentos e o reconhecimento de firma nas licitações?

- 932 8. Prorrogada a vigência de contrato de prestação de serviços contínuos, foi exigida, consoante cláusula contratual, a complementação da garantia em cinco dias úteis. A Administração pode aceitar como complemento de garantia a retenção dos créditos que a contratada tem a receber?

- 934 9. Em processos de contratação direta, devem ser exigidos todos os documentos de habilitação estipulados pelo art. 28 e seguintes da Lei nº 8.666/93? Que documentos podem ser dispensados?

- 937 10. A Administração pode prorrogar o prazo previsto no § 1º do art. 64, relativo à convocação do adjudicatário para assinatura do contrato, por período diverso do inicialmente previsto?

939 **JURISPRUDÊNCIA**

946 **TRIBUNAIS DE CONTAS**

958 **LEGISLAÇÃO**

959 **BLOG ZÊNITE**